LÍNGUA PORTUGUESA

Biblioteca universal ao alcance do *mouse*

Em vários escritórios desconhecidos em todo o mundo, milhares de trabalhadores estão usando *scanners* para inserir livros empoeirados em arquivos de alta tecnologia. Eles estão reunindo, página por página, a biblioteca universal.

O sonho é antigo: reunir em um único lugar todo o conhecimento, passado e presente. Todos os livros, documentos e ferramentas conceituais, em todas as línguas. A esperança é bem conhecida, pois há muito tempo tivemos, por um breve período, tal biblioteca. A grande biblioteca de Alexandria, construída em torno de 300 a. C., pretendia conter todos os pergaminhos que circulavam no mundo conhecido. Em certo momento, dispôs de meio milhão de pergaminhos, algo em torno de 30% a 70% de todos os livros então conhecidos.

Mas mesmo antes de essa biblioteca ser perdida, já havia passado o momento em que todo o conhecimento podia ser abrigado em um único edifício. Desde então, a constante expansão da informação ultrapassou nossa capacidade de reuni-la. Até agora. Quando o Google anunciou, em dezembro de 2004, que digitalizaria, por *scanner*, os livros das cinco maiores bibliotecas dos Estados Unidos, tornando disponível o conteúdo para pesquisa, ressurgiu a promessa de uma biblioteca universal. De fato, o tremendo desenvolvimento da rede mundial de computadores, que há uma década era quase um nada, nos encorajou a acreditar novamente no impossível. Estará realmente ao nosso alcance a sonhada biblioteca de todo o conhecimento?

Os livros digitais não faziam muito sentido há pouco tempo, até que surgiram os serviços de busca como Google, Yahoo, Ask e MSN. Quando milhões de livros forem digitalizados e os textos ficarem disponíveis em um único banco de dados, a tecnologia de busca permitirá o acesso e a leitura de qualquer livro escrito. Será uma biblioteca realmente grande e seremos capazes de acessá-la a partir de qualquer aparelho que tenha uma tela. Dos tabletes sumérios até hoje os humanos "publicaram" pelo menos 32 milhões de livros, 750 milhões de artigos e ensaios, 500 mil filmes, 3 milhões de vídeos e programas de TV e 100 bilhões de páginas da internet.

Todo esse material está atualmente nas bibliotecas de todo o mundo. Uma vez digitalizado, tudo isso poderá ser condensado (de acordo com os atuais recursos tecnológicos) em discos rígidos de 50 *petabytes* [que equivalem a 52,4 milhões de *gigabytes*]. Seria preciso hoje um edifício do tamanho de uma biblioteca municipal para abrigar 50 *petabytes*. Com a tecnologia do futuro, tudo caberá num *iPod*.

KELLY, Kevin. **Revista Entrelivros**, no 15, jul. 2006, pp.57/58
(com adaptações)

1. Assinale a afirmação que NÃO diz respeito à biblioteca de que trata o título do texto.

a) "milhares de trabalhadores (...) estão reunindo, página por página, a biblioteca universal." (l. 1-3)
b) "A grande biblioteca de Alexandria,..." (l. 6)
c) "...o Google anunciou, (...) que digitalizaria, (...) ressurgiu a promessa de uma biblioteca..." (l. 12-15)
d) "Estará realmente ao nosso alcance a sonhada biblioteca..." (l. 16-17)
e) "Será uma biblioteca realmente grande e seremos capazes de acessá-la..." (l. 21)

2. De acordo com o texto, sobre a Biblioteca de Alexandria, só NÃO se pode afirmar que:

a) se propunha a armazenar todo o material informativo disponível na época.
b) ainda se encontra em sua localização original.
c) foi construída há mais de dois mil anos.
d) continha um acervo em forma de pergaminhos.
e) preencheu o sonho de ser uma biblioteca universal por algum tempo.

3. A sentença "Os livros digitais não faziam muito sentido há pouco tempo, até que surgiram os serviços de busca como Google, Yahoo, Ask e MSN." (l. 18-19) permite inferir que:

a) a pesquisa por meio de ferramentas disponíveis na internet ajudará na compreensão de livros digitais.
b) a idéia de digitalizar livros é uma conseqüência natural e necessária do aparecimento dos serviços de busca.
c) as empresas de serviço de busca Google, Yahoo, Ask e MSN se dispuseram a digitalizar todos os livros editados.
d) os *sites* de busca, como Google, Yahoo, Ask e MSN, permitem que os livros tenham mais espaço de armazenamento.
e) sem uma forma de acesso aos livros digitais, não havia razões para investir nesse empreendimento.

4. A forma verbal "publicaram" (l. 22) pode ser substituída no texto por:

a) comercializaram.
b) gravaram.
c) divulgaram.
d) venderam.
e) proferiram.

5. "Desde então, a constante expansão da informação ultrapassou nossa capacidade de reuni-la. Até agora." (l. 11-12)
No extrato de texto acima, as expressões desde então e até indicam, respectivamente, o(a):

a) período de tempo que vai de um momento anterior ao fim da biblioteca de Alexandria ao instante em que se obteve conhecimento suficiente para armazenamento eletrônico de informações impressas.

b) período de tempo em que o ser humano sonhava com a possibilidade de gravar e guardar todo o conhecimento produzido, ou seja, mais ou menos, 300 a.C. até o desenvolvimento dos primeiros computadores.
c) período de tempo que vai do término da biblioteca de Alexandria ao momento em que a reportagem foi escrita e publicada, em julho de 2006.
d) verificação não só da perda da biblioteca de Alexandria como também da crença de que todo o conhecimento podia ser contido num edifício no instante presente.
e) constatação de que já havia passado o momento em que seria possível armazenar todo o conhecimento até dezembro de 2004, quando se soube do anúncio do Google.

6. Indique a sentença em que a troca de lugar da expressão adverbial assinalada provoca mudança de sentido em relação às demais opções.
a) **Em dezembro de 2004**, quando o Google anunciou que digitalizaria [...] os livros das cinco maiores bibliotecas dos Estados Unidos [...], ressurgiu a promessa de uma Biblioteca Virtual.
b) Quando, **em dezembro de 2004**, o Google anunciou que digitalizaria [...] os livros das cinco maiores bibliotecas dos Estados Unidos [...], ressurgiu a promessa de uma Biblioteca Virtual.
c) Quando o Google anunciou, **em dezembro de 2004**, que digitalizaria [...] os livros das cinco maiores bibliotecas dos Estados Unidos [...], ressurgiu a promessa de uma Biblioteca Virtual.
d) Quando o Google anunciou que digitalizaria, **em dezembro de 2004**, [...] os livros das cinco maiores bibliotecas dos Estados Unidos [...], ressurgiu a promessa de uma Biblioteca Virtual.
e) Quando o Google, **em dezembro de 2004**, anunciou que digitalizaria [...] os livros das cinco maiores bibliotecas dos Estados Unidos [...], ressurgiu a promessa de uma Biblioteca Virtual.

7. Assinale a opção em que há ERRO de concordância.
a) Havia muitas informações no mundo que não mereciam a digitalização.
b) Os Estados Unidos prometem lutar a favor da paz.
c) Cinqüenta *petabytes* contém incrível quantidade de informação.
d) Seguem anexas as informações sobre o processo da biblioteca.
e) O projeto está com problemas, haja vista os erros do relatório.

8. A opção em que o pronome pessoal está adequadamente selecionado e colocado, de acordo com a norma culta da língua, é:
a) Me sinto honrado com o convite, que agradeço.
b) Comunico que as tarefas listadas são para mim fazer.
c) Agradeço-o o comunicado que recebi por *e-mail*.
d) Ao diretor nada lhe peço, porque já sei a resposta.
e) No chefe, que não pede-me relatório, não confio.

9 Assinale a opção em que a forma verbal indicada entre parênteses NÃO está adequadamente usada.
a) Que o gerente o advirta dos prazos é o que se espera. (advertir)
b) Se eu supor que a equipe não é boa, não lhe confio o trabalho. (supor)
c) Não acredito que o trabalho valha o esforço da equipe. (valer)
d) Não expeçamos as remessas sem que haja o pedido expresso do diretor. (expedir)
e) Quando eu vir seu chefe, darei o recado que me pediu. (ver)

10. Solicito___secretária do departamento, ___ quem antecipadamente agradeço, o envio do relatório final ___ pessoa assinalada. Lembro que daqui ___ poucos meses repetiremos o procedimento, como vem sendo feito ___ muito tempo.
Os vocábulos que preenchem as lacunas, na ordem de sua ocorrência, de acordo com a norma culta da língua, são:
a) à, a, à, a, há.
b) à, à, a, à, há.
c) a, há, a, a, à.
d) a, a, à, há, a.
e) há, a, a, à, à.

Texto II

Os medos dos profissionais

De um lado, estão as empresas, que exigem que seus funcionários cumpram metas e prazos agressivos, sejam pró-ativos, criativos, ousados, trabalhem em equipe entre uma série de funções. No outro lado, existe o próprio funcionário, que, por conta dessas exigências, vive se perguntando se ele está no caminho certo, se é um bom profissional, se age de acordo com os ideais da organização. E rodeando esses dois lados, está o medo, sentimento comum a todos os seres humanos. Saiba que o medo, na medida exata, pode ser benéfico. Mas, em exagero, pode atrapalhar, e muito, a sua carreira.

O medo é fundamental para a sobrevivência das espécies, segundo os especialistas, pois, sem o medo, seria fácil encontrar um rato enfrentando um leão ou um motorista dirigindo sem nenhum cuidado ou atenção. No entanto, a importância e o peso que esse sentimento tem muda conforme a cultura do país. “No Japão, por exemplo, perder o emprego é visto de uma forma dramática. Em casos extremos, muitos chegam a cometer o suicídio”, explica José Roberto Heloani, professor da fundação Getúlio Vargas.

No campo profissional, o impacto do medo nas pessoas foi mais fortemente percebido nas duas ou três últimas décadas. E isso não significa que

nossos pais não tivessem medo de perder o emprego ou não temessem o insucesso. Com o desenvolvimento da economia, houve o crescimento do medo. Assim como a economia é muito dinâmica, as empresas passaram a exigir que seus funcionários também se tornassem mais competitivos e que acompanhassem as constantes mudanças nas organizações. "*Se num passado recente, nossos pais permaneciam 20 ou 30 anos em uma mesma empresa, hoje, essa realidade é completamente diferente. Antes, as funções eram claras. Hoje, as regras podem mudar a qualquer momento e isso gera uma série de temores e fantasmas*", explica José Roberto Heloani.

Com esse cenário, é muito comum que os profissionais passem a ter dúvidas sobre a sua identidade profissional e seus próprios interesses naquela organização. O contrário também é válido. "*Portanto. 'Quem sou eu?' e 'O que sou capaz de fazer?' são duas grandes perguntas do mundo corporativo*", explica o professor. Completando este cenário, as pessoas passaram a fazer o trabalho que antes era feito por duas ou, às vezes, até três pessoas. Além disso, chegam cedo, saem tarde, alimentam-se mal, dormem mal e pouco e ainda estão submetidas a altas cargas de *stress.* Não há como não se sentir pressionado pelo trabalho! E toda essa pressão pode gerar diversos medos nos profissionais como: medo de tirar férias, de liderar equipes, medo de opinar, medo de ser demitido, entre outros.

11 De acordo com o Texto II, no Japão, o medo:

a) caracteriza-se como uma conseqüência do fracasso profissional.
b) varia de intensidade na razão inversa da situação vivenciada.
c) tem sua importância atenuada pelos rígidos valores culturais vigentes.
d) configura-se como gerador de drásticas conseqüências, principalmente quando ligado ao insucesso profissional.
e) apresenta um descompasso significativo entre sua importância e o peso que tem face ao fracasso.

12 Segundo o Texto II, só NÃO se caracteriza como um fator advindo do desenvolvimento da economia a(s)

a) ação do medo sobre as pessoas.
b) insegurança profissional.
c) sobrecarga no trabalho.
d) instabilidade profissional.
e) exigências crescentes das empresas.

13 No segundo parágrafo do Texto II, o segundo período, em relação ao primeiro,

a) ratifica semanticamente a idéia anterior.
b) apresenta uma restrição ao que foi dito antes.
c) acrescenta um argumento a mais ao anterior.
d) localiza no tempo o fato anteriormente apresentado.
e) constitui uma justificativa para o enunciado anterior.

14 Substituindo-se o complemento verbal destacado pelo pronome pessoal oblíquo átono correspondente, a forma INCORRETA, segundo o registro culto e formal da língua, é

a) "...que seus funcionários cumpram **metas e prazos agressivos,**" (l.1-2)./ Que seus funcionários cumpram-nas.
b) "Mas, em exagero, pode atrapalhar, e muito, **a sua carreira**." (l.6)./ Mas, em exagero, pode atrapalhá-la, e muito.
c) "seria fácil encontrar **um rato**..." (l.8)./ Seria fácil encontrá-lo.
d) "... ou não temessem **o insucesso**." (l.15)./ Ou não o temessem.
e) "...e que acompanhassem **as constantes mudanças** nas organizações." (l.17-18)./ E que as acompanhassem.

15 Analise as frases a seguir, quanto ao emprego da(s) vírgula(s).

I- As pessoas, em geral, têm medo de perder o emprego.
II - O medo, quando não é excessivo até ajuda.
III - Alguém pode afirmar, nunca ter sentido medo?

A(s) vírgula(s) está(ao) corretamente empregada na(s) frase(s):

a) I, somente.
b) II, somente.
c) III, somente.
d) I e II somente.
e) I, II e III.

PESSOAS SÃO UM PRESENTE

Vamos falar de gente, de pessoas. Existe, acaso, algo mais espetacular do que gente? Pessoas são um presente...

Algumas vêm em embrulho bonito, ou em embalagem comum. E há as que ficaram machucadas no correio... Eventualmente chega uma registrada. São os presentes valiosos. Algumas pessoas trazem invólucros fáceis. De outras, é dificílimo, quase impossível tirar a embalagem. É fita durex que não acaba mais...

Mas...a embalagem não é o presente. E tantas pessoas se enganam, confundindo a embalagem com o presente. Por que será que alguns presentes são tão complicados para a gente abrir? Talvez porque dentro da bonita embalagem haja muito pouco valor. A decepção seria grande.

Somos presente um para o outro. Você para mim, eu para você. Triste, se formos apenas um presente-embalagem: muito bem empacotados e quase sem nada lá dentro!

Quando existe o verdadeiro encontro com alguém, deixamos de ser mera embalagem e passamos à categoria de reais presentes.

As Mais Belas Histórias Budistas - e outras histórias. *Disponível em HTTP:WWW.vertex.com.br/user/san>. Acesso em: 25 nov 2008. (Adaptado)*

16 A pergunta existente no 1º parágrafo, da forma como foi redigida, orienta para uma resposta cujo sentido é

a) Afirmativo, justificado pela seqüência seguinte.
b) Negativo, ratificado, semanticamente, na seqüência seguinte.
c) Dúbio, comprovado pelas reticências empregadas no final do parágrafo.
d) Questionável, pelo sentido apresentado na seqüência anterior.
e) Indefinido, pela própria complexidade do ser humano.

17 "E há as que ficaram machucadas no correio..." (l. 3-4)

Na passagem acima, o verbo destacado remete, semanticamente, a uma situação que, em relação ao ser humano, se caracteriza como

a) Originária e contínua.
b) Inicial e passível de mudança.
c) Inicial e irreversível.
d) Imutável e constante.
e) Resultante de mudança.

18 Qual o parágrafo que, especificadamente, faz referência aos diversos tipos de pessoas, classificando-as segundo a aparência que têm?

(A) 1º (B) 2º (C) 3º (D) 4º (E) 5º

19 Na passagem "E há as que ficaram machucadas no correio..." (l.3-4), a concordância do verbo haver está correta, segundo o registro culto e formal da língua. Assinale a opção em que a concordância da locução verbal destacada apresenta ERRO, segundo esse mesmo registro.

a) **Podem existir** pessoas que ficaram machucadas no correio.
b) **Pode haver** pessoas que se machuquem durante a vida.
c) **Hão de existir** pessoas machucadas pelas adversidades da vida.
d) **Há de haver** pessoas que ficarão machucadas ao longo da vida.
e) **Devem haver pessoas** machucadas no transcurso da vida.

20 Na passagem " Talvez porque dentro da bonita embalagem haja muito pouco valor" (l. 8-9), a palavra destacada está corretamente empregada. Assinale a opção em que há ERRO quanto ao emprego do "porque", em uma de suas acepções.

a) **Por que** as pessoas se tornam presentes?
b) **Porque** a embalagem não é o presente, não é necessário valorizá-la.
c) Não sabemos a razão **porque** as pessoas são tão complicadas.
d) Ninguém revelara o **porquê** do segredo.
e) Nós só gostaríamos de saber **por quê**.

INFORMÁTICA

21. Analise as seguintes afirmações relacionadas aos componentes de redes de computadores.

I. Hubs são dispositivos utilizados para conectar o adaptador de rede de um computador diretamente a uma rede telefônica. Com o Hub, as conexões são concentradas, ficando o computador ligado à Internet por uma conexão de alta velocidade, como por exemplo, ADSL.
II. Repetidores fazem o papel de guarda de trânsito, garantindo que os pacotes de mensagens sejam dirigidos a endereços certos na rede.
III. Em uma rede *token ring*, o computador monitora a rede até que identifique um padrão especial de bits denominado permissão. Só então, irá enviar o pacote de dados.
IV. Pontes conectam múltiplas LAN's, como por exemplo, a LAN da Administração com a LAN do Departamento de Recursos Humanos. Elas dividem o tráfego na rede, apenas passando informações de um lado para outro quando for necessário.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

a) I e II
b) II e III
c) III e IV
d) I e III
e) II e IV

22. Analise as seguintes afirmações relacionadas à Segurança da Informação.

I. Um *Firewall* de estado inspeciona o tráfego para evitar pacotes ilegítimos, guardando o estado de todas as últimas transações efetuadas.
II. Um *Spyware* é um programa que recolhe informações sobre o usuário e sobre seus costumes na Internet transmite estas informações a uma entidade externa na Internet sem o conhecimento ou consentimento do usuário. Diferem dos cavalos de Tróia por não terem como objetivo que o sistema do usuário seja dominado ou manipulado.
III. Nos sistemas de Segurança da Informação existem alguns métodos que verificam se uma mensagem em trânsito foi alterada. Este procedimento visa garantir não-repúdio.
IV. O foco principal dos sistemas de Segurança da Informação para a Internet são os desastres, como incêndio ou falhas elétricas e os erros dos usuários.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

a) I e III
b) II e III
c) III e IV
d) I e II
e) II e IV

23. Pode-se acessar uma rede privada por meio da Internet ou de outra rede pública usando uma *Virtual Private Network* (VPN). Com

relação aos protocolos usados e à sua arquitetura, é correto afirmar que uma VPN

a) não precisa ser cifrada para garantir o sigilo das informações que por ela trafegam, graças à sua característica de encapsulamento.
b) dispensa o uso de *firewalls*, o que torna seu custo operacional reduzido quando ao acesso à Internet.
c) operando para interligar escritórios de uma mesma empresa garante a segurança dos dados com a alternância entre seus possíveis protocolos durante o processo de comunicação. Neste caso, criptografia não pode ser utilizada na VPN de alta velocidade por comprometer seu desempenho.
d) ativada por PPTP, *Point-to-Point Tunneling* (protocolo de encapsulamento ponto-a-ponto), é considerada tão segura quanto em uma única rede local de uma empresa.
e) permite uma garantia da qualidade dos serviços prestados, mesmo utilizando-se como meios de comunicação acessos à Internet de baixa qualidade.

24. Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos de Hardware e Software.

I. O NetBIOS forma um conjunto de rotinas que um programa aplicativo usa para solicitar e realizar serviços de baixo nível executados por um outro componente, como, por exemplo, o sistema operacional.
II. O endereço MAC (Media Access Control) é um endereço físico, formado por um número exclusivo de 48 bits, atribuído pelo fabricante a uma placa de rede, que é usado para mapeamento em comunicação de redes TCP/IP.
III. Um *Kernel* descreve um sistema conectado a várias redes físicas TCP/IP, sendo capaz de direcionar e transmitir pacotes IP entre essas redes.
IV. Um *driver* de dispositivo é um programa que permite que este dispositivo específi co se comunique com o Sistema Operacional.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

a) I e II
b) II e III
c) III e IV
d) I e III
e) II e IV

25. Analise as seguintes afirmações relacionadas aos conceitos de hardware.

I. A memória estendida é o segmento de memória que não pode ser paginado para a memória principal, obrigando o sistema operacional a utilizar o espaço em disco rígido como se fosse memória real.
II. A memória expandida é uma tabela ou lista mantida por alguns sistemas operacionais para garantir o controle de estado de diversos segmentos de espaço em disco usados para armazenamento de arquivos.
III. *Cache* é o nome dado ao primeiro nível de hierarquia de memória encontrado assim que o endereço deixa a CPU. A *cache* e a memória principal mantêm o mesmo relacionamento que existe entre a memória principal e a memória virtual em disco.
IV. Os discos magnéticos desempenham dois papéis importantes em um computador: o primeiro é o armazenamento não-volátil para arquivos e o segundo é o de permitir um nível de hierarquia de memória abaixo da memória principal, usado como apoio para a memória virtual durante a execução de programas.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

a) I e II
b) II e III
c) III e IV
d) I e III
e) II e IV

26. Analise as seguintes afirmações relacionadas a Redes de Computadores.

I. Uma colisão ocorre quando dois ou mais nós em um meio não compartilhado, isto é, LANs separadas por roteadores, tentam enviar os dados ao mesmo tempo.
II. Um Hub é um dispositivo da camada 1 do modelo OSI, que pode conectar várias LANs para que elas atuem como uma só.
III. No Roteamento Determinístico executado por uma ponte (*Bridge*) operando na camada 2 do modelo OSI, sempre haverá a tentativa de escolha de um novo caminho para a mensagem.
IV. Na comutação por pacotes, as informações são divididas em pacotes, cada um com seu próprio endereço de destino, que serão roteados independentemente.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

a) I e II
b) II e III
c) III e IV
d) I e III
e) II e IV

ISO (A Organização Internacional para Padronização-International Organization for Standardization) foi uma das primeiras organizações a definir formalmente uma forma comum de conectar computadores. Sua arquitetura é chamada OSI (Open Systems Interconnection), Camadas OSI ou Interconexão de Sistemas Abertos.

27. As informações contidas nos periféricos de entrada de um computador são transferidas para serem manipuladas no processador por meio do

a) barramento de endereços.
b) barramento de dados.
c) BIOS – *Basic Input/Output System.*
d) firewall.
e) cluster.

28. Analise as seguintes afirmações relacionadas aos conceitos básicos de informática e de Sistemas Operacionais.

I. Um bit de paridade em comunicações assíncronas é um bit extra usado para corrigir erros em grupos de bits de dados transferidos entre computadores.

II. Em comunicações de modem para modem, o protocolo ASCII é usado para verificar a precisão com que cada caractere é transmitido.

III. O barramento serial universal (USB) é um barramento externo que dá suporte à instalação *Plug and Play*. Com o USB, é possível conectar e desconectar dispositivos sem desligar ou reiniciar o computador.

IV. Uma biblioteca de vínculo dinâmico (DLL) é um recurso do sistema operacional que permite que rotinas executáveis sejam armazenadas separadamente como arquivos com extensão .dll. Estas rotinas são carregadas somente quando necessárias para o programa que as chama.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

a) I e II
b) II e III
c) III e IV
d) I e III
e) II e IV

29. Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos de informática e de organização e gerenciamento de arquivos.

I. Um interface IDE é um tipo de hardware conectado ao computador por uma conexão serial RS-232.

II. A fragmentação é a dispersão de partes do mesmo arquivo em áreas diferentes do disco, retardando o acesso ao disco e prejudicando o desempenho geral de operações de disco. A fragmentação ocorre à medida que arquivos em um disco são excluídos e novos arquivos são adicionados.

III. Um conjunto de espelhos é uma partição tolerante a falhas, disponibilizada por algumas versões do Windows, que mantém os dados duplicados no mesmo disco físico.

IV. Um *driver* de impressora é um programa criado para permitir que outros programas funcionem com uma determinada impressora sem que precisem se preocupar com detalhes específicos do hardware e da linguagem interna da impressora.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

a) I e II
b) II e III
c) III e IV
d) I e III
e) II e IV

30. Analise as seguintes afirmações relacionadas ao uso da Internet.

I. O protocolo FTP, integrante do conjunto de protocolos TCP/IP, é responsável pela autenticação dos usuários de correios eletrônicos no processo de envio de mensagens de e-mail.

II. O POP3 é o protocolo utilizado para garantir que todos os acessos à Internet terão o endereço da estação, na rede interna, substituído pelo endereço da interface do servidor/roteador com o POP3 habilitado.

III. O protocolo SMTP, integrante do conjunto de protocolos TCP/IP, é utilizado na troca de e-mail entre agentes de transferência de mensagens.

IV. Um *Firewall* é um programa que tem como um de seus objetivos proteger uma rede contra acessos e tráfego indesejado, com origem na Internet.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

a) I e II
b) II e III
c) III e IV
d) I e III
e) II e IV

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

31. A respeito da seguridade social, assinale a alternativa INCORRETA:

a) destina-se a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
b) um de seus objetivos é o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados;
c) estão incluídas como fontes de recursos para a seguridade social as contribuições sociais da receita de concurso de prognósticos e do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar;
d) a seguridade é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade;
e) entre os ramos da seguridade não se inclui a educação.

32. São contribuições que têm porcentuais destinados ao custeio da Seguridade Social:

a) Concurso de prognóstico específico sobre o resultado de sorteio de números ou símbolos, contribuição dos trabalhadores;
b) SENAR, receita de concursos de prognósticos;
c) COFINS, contribuição de iluminação pública;
d) sobre o lucro, IPI
e) CPMF, ICMS.

33. A receita da seguridade social não está adstrita a trabalhadores, empregadores e Poder Público. Essa assertiva relacionada a receita da seguridade social está baseada, especificamente, ao princípio da

a) natureza democrática e descentralizada da administração.
b) diversidade da base de financiamento.
c) universalidade da cobertura e do atendimento.
d) equidade na forma de participação no custeio.

e) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.

34. Contribuem para a seguridade social, da mesma forma, aqueles que estão em iguais condições contributivas. As empresas NÃO contribuem da mesma forma que os trabalhadores, em conformidade, especificamente, com o princípio da

a) universalidade.
b) seletividade na prestação de benefícios e serviços.
c) eqüidade na forma de participação no custeio.
d) irredutibilidade do valor dos benefícios.
e) natureza democrática e descentralizada da administração.

35. A contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos é um exemplo específico do princípio constitucional da

a) diversidade da base de financiamento.
b) caráter democrático e descentralizado da administração.
c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
d) universalidade da cobertura.
e) eqüidade na forma de participação no custeio.

36. De acordo com a Constituição Federal brasileira, as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidirão, dentre outras, sobre

a) os rendimentos do trabalho pagos ou creditados somente a título salarial, à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.
b) a folha de salários pagos à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.
c) todo e qualquer rendimento do trabalho com natureza salarial pagos à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.
d) todo e qualquer rendimento do trabalho pagos ou creditados a título exclusivamente salarial, à pessoa física ou jurídica que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
e) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

37. Leia cada um dos acertos abaixo e assinale (V) ou (F), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência.

( ) A contribuição social previdenciária dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da alíquota de oito, nove ou onze por cento sobre o seu salário de contribuição, de acordo com a faixa salarial constante da tabela publicada periodicamente pelo MPS.
( ) O segurado empregado doméstico recolhe de forma similar aos contribuintes individuais.
( ) No que couberem, as obrigações de comunicar a existência de pluralidade de fontes pagadoras aplicam-se ao trabalhador avulso que, concomitantemente, exerça atividade de empregado.

a) V F V
b) V V F
c) V V V
d) V F F
e) F F F

38. Para os segurados empregados e trabalhadores avulsos, entende-se por salário de contribuição:

a) a remuneração auferida, sem dependência da fonte pagadora, em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observados os limites mínimo e máximo do salário de contribuição.
b) o valor recebido pelo cooperado, ou a ele creditado, resultante da prestação de serviços a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, por intermédio da cooperativa.
c) o valor por eles declarado, observados os limites mínimo e máximo do salário de contribuição.
d) vinte por cento do valor bruto auferido pelo frete, carreto, transporte, não se admitindo a dedução de qualquer valor relativo aos dispêndios com combustível e manutenção do veículo, ainda que parcelas a este título figurem discriminadas no documento.
e) a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos que lhe são pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês.

39. Com relação às contribuições sociais, no âmbito da seguridade social, é correto afirmar:

a) As contribuições sociais, de que trata o art. 195 da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.
b) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos cento e oitenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.
c) São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social, ainda que não atendam às exigências estabelecidas em lei.
d) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da assinatura da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.
e) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser criadas e exigidas após

decorrido um exercício financeiro da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.

40. Indique qual das opções está correta com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social:

a) Irredutibilidade do valor dos serviços.
b) Eqüidade na cobertura.
c) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
d) Seletividade na prestação dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
e) Diversidade de atendimento.

41. No âmbito da Seguridade Social, com sede na Constituição Federal/88 (art. 194), podemos afirmar:

a) A seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando a assegurar os direitos relativos à saúde, à vida, à previdência e à assistência social.
b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
c) A previdência social compreende um conjunto de ações dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
d) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações dos Poderes Públicos destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
e) Todas estão incorretas.

42. Constituem contribuições sociais, de acordo com a Lei n. 8.212/91, <u>exceto</u>:

a) As das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço.
b) As dos empregados domésticos.
c) As dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição.
d) As das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro.
e) As dos proprietários rurais, incidentes sobre o seu faturamento.

43. Para um trabalhador que não possua dependentes, o benefício salário-família não será concedido; para o trabalhador que se encontre incapaz temporariamente para o trabalho, por motivo de doença, não será concedida a aposentadoria por invalidez, mas auxílio doença. Nesses casos, está sendo aplicado, especificamente, o princípio constitucional da

a) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.
b) universalidade na cobertura e no atendimento.
c) eqüidade na forma de participação no custeio.
d) diversidade da base de financiamento.
e) democratização e descentralização da administração.

44. Integram o orçamento da Seguridade Social no âmbito federal:

a) as receitas da União, dos impostos e receitas de outras fontes.
b) as contribuições sociais recolhidas pelas empresas, incidentes sobre a folha de salários, excluído o pequeno produtor rural.
c) as contribuições sociais recolhidas pelas empresas, incidentes sobre o faturamento e o lucro.
d) a receita do concurso de prognósticos e contribuições sobre os salários de empregados, salvo para aposentados que tenham retorno à atividade.
e) as contribuições dos trabalhadores, inclusive dos servidores públicos sujeitos a regime próprio de previdência social.

45. Em relação à responsabilidade pela arrecadação e recolhimento das contribuições, é correto afirmar:

a) O empregador é responsável pelo desconto e recolhimento da contribuição previdenciária devida pelo empregado. Caso se omita, a cobrança do montante devido será feita diretamente do segurado.
b) O trabalhador avulso somente é responsável pelo recolhimento de sua própria contribuição se não for sindicalizado, caso contrário o sindicato será o responsável.
c) A empresa que remunera contribuinte individual que lhe presta serviço é responsável pela retenção e recolhimento da contribuição devida por esse trabalhador.
d) O empregado doméstico é responsável pelo recolhimento de sua própria contribuição, sendo tal encargo a este facultado, mediante assinatura de termo perante o INSS.
e) O segurado especial é responsável pelo recolhimento de sua própria contribuição, sem a qual não terá direito a recebimento de benefício previdenciário, o que se impõe em razão da contributividade do sistema previdenciário.

46. Em relação ao financiamento do Regime Geral da Previdência Social, é correto afirmar que:

a) as receitas líquidas provenientes de concursos de prognósticos, excluído o valor do prêmio, destinam-se integralmente à Seguridade Social.
b) as contribuições incidentes sobre o lucro estão vinculadas ao pagamento de benefícios previdenciários.
c) as contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários têm natureza tributária e incluem-se entre as contribuições de intervenção sobre o domínio econômico.
d) ao segurado facultativo incidirá alíquota de 11%, sobre o limite mínimo do salário de contribuição a

título de contribuição previdenciária, caso opte por não receber aposentadoria por tempo de contribuição.
e) as contribuições para o financiamento de acidente do trabalho devem ser instituídas por lei complementar e as alíquotas não poderão ser reduzidas ou aumentadas.

47. Sobre o financiamento da seguridade social, é correto afirmar que:
a) a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta, por meio de repasse de recursos orçamentários, e de forma indireta, por intermédio do pagamento de contribuições sociais.
b) as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social têm a natureza jurídica de impostos.
c) a Constituição de 1988 impede que haja diferenciação entre contribuintes, para efeito de pagamento de contribuições sociais destinadas ao sistema de seguridade social, em razão da atividade econômica por eles exercida.
d) o princípio da preexistência de custeio impõe que somente poderão ser criados ou majorados benefícios se houver indicação de sua fonte de custeio total, o que, entretanto, não impede o reajustamento periódico dos benefícios de prestação continuada.
e) todas estão incorretas.

48. São contribuições das empresas e equiparadas, exceto:
a) 20% sobre o total das remunerações pagas aos segurados empregado e trabalhador avulso;
b) 15% sobre o total das remunerações pagas ao contribuinte individual;
c) 1, 2, 3% do total da remuneração paga aos segurados empregado e trabalhador avulso – GILRAT
d) COFINS
e) CSLL

49. Quanto às parcelas integrantes do salário-de-contribuição, marque a incorreta:
a) Férias + 1/3
b) Salário-maternidade
c) Diárias que não excedam a 50%;
d) Gratificações ajustadas;
e) Comissões.

50. Marque a alternativa errada quanto às obrigações da empresa:
a) Elaborar folha de pagamento mensal;
b) Fornecer ao contribuinte individual que lhe presta serviços, o comprovante da remuneração;
c) Lançar os fatos geradores de todas as contribuições a cargo da empresa;
d) Reter a contribuição dos seus segurados empregados;
e) Reter 15% da contribuição dos contribuintes individuais que lhe prestem serviços.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. O Senado Federal compõe-se de representantes
a) dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de oito anos, renovado de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.*
b) do povo, com mandato de quatro anos, renovado, integralmente, de quatro em quatro anos.
c) apenas dos Estados, com mandato de oito anos, renovado, integralmente, de oito em oito anos.
d) do povo, com mandato de oito anos, renovado, integralmente, de oito em oito anos.
e) do povo, com mandato de dois anos, renovado, integralmente, de quatro em quatro anos.

52. No regime democrático brasileiro atual, a eleição indireta
a) não é admitida em qualquer hipótese.
b) é admitida, para a escolha dos Deputados do Distrito Federal, pelo Congresso Nacional.
c) é admitida, para a escolha dos Prefeitos e Vice-Prefeitos Municipais, pela Assembléia Legislativa, no caso de cassação dos mandatos.
d) é admitida para escolha do Presidente e do Vice-Presidente da República, pelo Congresso Nacional, no caso de vacância dos cargos nos últimos dois anos do período presidencial.*
e) é admitida, para a escolha dos Prefeitos e Vice-Prefeitos Municipais, pela Câmara, no caso de cassação dos mandatos

53. Ao receber projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, é vedado, ao Presidente da República, vetá-lo
a) por ilegalidade.*
b) por contrariedade ao interesse público.
c) por inconstitucionalidade.
d) totalmente
e) parcialmente

54. Com a vigência da Emenda Constitucional n.º 45/2004, as súmulas do Supremo Tribunal Federal, até então aprovadas,
a) passaram a ter efeito vinculante, somente em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
b) passaram a ter efeito vinculante, em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
c) passaram a ter efeito vinculante, em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal e ao Congresso Nacional.
d) não passaram a ter efeito vinculante.*
e) foram canceladas

55. O "quinto constitucional" corresponde
a) ao quorum de um quinto dos membros do Supremo Tribunal Federal, para a declaração de inconstitucionalidade das leis.
b) à composição de um quinto dos Tribunais de Justiça dos Estados e os Tribunais Regionais

Federais, por membros do Ministério Público e advogados.*
c) ao quorum de um quinto dos membros do Congresso Nacional para aprovação de Emenda à Constituição Federal.
d) ao transcurso do período de um quinto da sessão legislativa, para reapresentação de novo projeto de lei arquivado por inconstitucionalidade.
e) ao quorum de um dois quintos dos membros do Congresso

56. O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar
a) do Congresso Nacional, na fiscalização contábil e financeira da União, cujas decisões possuem natureza administrativa.*
b) do Poder Judiciário Federal, na apuração de improbidades administrativas, cujas decisões possuem natureza jurisdicional.
c) da Presidência da República, na fiscalização contábil e financeira da União, dos Estados e dos Municípios, cujas decisões possuem natureza administrativa.
d) do Ministério Público da União, na fiscalização de ilícitos penais ligados à administração pública, cujas decisões possuem natureza jurisdicional.
e) do Ministério Público da União, na fiscalização de ilícitos penais ligados à administração pública, cujas decisões possuem natureza administrativa

57. Em relação à edição de medidas provisórias sobre matéria tributária, é correto afirmar que
a) o aumento da alíquota do imposto sobre a renda por meio de medida provisória produz efeitos no próprio exercício em que for editada a medida provisória.
b) medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos só produz efeitos, em qualquer hipótese, no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
c) em caso de relevância e urgência, o Presidente da República pode adotar medida provisória para instituir ou aumentar impostos.*
d) é vedado tratar de matéria tributária por meio de medida provisória.
e) é sempre autorizado tratar de matéria tributária por meio de medida provisória.

58. No que se refere aos princípios gerais de tributação e às chamadas limitações do poder de tributar previstas na Constituição Federal, é correto afirmar que
a) a União, dentro de sua competência tributária residual, pode instituir impostos não previstos na Constituição Federal e utilizá-los com efeito de confisco.
b) o princípio da irretroatividade veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, mas tal vedação não se aplica ao empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; imposto de importação; imposto de exportação; imposto sobre produtos industrializados - IPI; imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários - IOF; e imposto extraordinário na iminência ou no caso de guerra externa.
c) pelo princípio da capacidade contributiva é vedada a adoção de alíquotas progressivas nos impostos de competência da União.
d) o chamado princípio da igualdade ou da isonomia veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.*
e) a União não se submete a tais limitações

59. Assinale a alternativa correta.
a) Compete, exclusivamente, à União legislar sobre direito tributário.
b) É vedado à União instituir isenção de tributos de sua competência.
c) Compete aos Municípios instituir e arrecadar os tributos de sua competência.*
d) É de competência da União a instituição de imposto sobre propriedade de veículos automotores.
e) É de competência do Município a instituição de imposto sobre propriedade de veículos automotores

60. O Poder Legislativo municipal
a) é composto por vereadores, em igual número para todos os municípios.
b) está limitado ao gasto de cinqüenta por cento de sua receita com folha de pagamento.
c) é competente para cassar o mandato do Prefeito Municipal, no caso de crime de responsabilidade.*
d) é organizado por Lei Orgânica, aprovada pela Assembléia Legislativa do respectivo Estado-membro.
e) é competente para cassar o mandato do Governador, no caso de crime de responsabilidade

61. A decisão judicial que contrariar súmula vinculante, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, poderá ser cassada por meio de
a) reclamação.*
b) habeas data.
c) recurso extraordinário.
d) ação direta de inconstitucionalidade
e) mandado de segurança

62. O voto secreto está previsto na Constituição Federal, exceto para
a) o exercício, pelo cidadão, da soberania popular.
b) a rejeição, pelo Congresso Nacional, de veto do Presidente da República a projeto de lei.
c) a cassação do mandato de Deputado Federal que tenha procedido de forma incompatível com o decoro parlamentar.

d) a aprovação, pelo Senado Federal, dos Ministros de Estado.*
e) a cassação do Procurador do Município que tenha procedido de forma incompatível com o decoro parlamentar

63. Sobre a imunidade recíproca prevista no artigo 150, VI, da Constituição Federal, é incorreto afirmar que
a) consiste na vedação à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
b) é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
c) não se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.*
d) estabelece que as empresas públicas não devem pagar imposto de renda sobre os lucros que apurarem, mas que tal disposição não se aplica às sociedades de economia mista.
e) é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes

64. A Constituição Federal pode ser alterada
a) por iniciativa da Mesa do Senado Federal.
b) pela aprovação de três quintos dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em um turno de votação.
c) na vigência de estado de guerra, desde que não declarado estado de sítio.*
d) mediante promulgação da Mesa do Congresso Nacional.
e) não pode ser alterada

65. Segundo as atuais regras de imunidade parlamentar, não poderá ser preso,
a) desde a expedição do diploma, o Senador, salvo em flagrante de crime inafiançável.*
b) desde a posse, o Deputado Federal, salvo em flagrante delito.
c) desde a expedição do diploma, o Deputado Estadual, salvo em flagrante delito.
d) desde a posse, o Vereador, salvo em flagrante delito praticado na circunscrição do respectivo Município.
e) desde o início do exercício

66. A ordem constitucional considera objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:
a) a erradicação da pobreza.*
b) a proteção ao Estado Democrático de Direito.
c) a prevalência dos direitos humanos.
d) a defesa da soberania
e) a criação do Mercosul

67. Sobre consumo e responsabilidade por dano ao consumidor,
a) a União legisla privativamente.
b) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislam de forma comum.
c) a União estabelece apenas normas gerais.*
d) os Estados podem legislar de forma plena, suspendendo a eficácia das normas gerais da União
e) a União estabelece normas específicas

68. Quando o Tribunal de Contas do Estado realiza auditoria sobre determinada despesa realizada pelo Poder Executivo, ele exerce controle de caráter
a) interno.
b) externo.*
c) hierárquico.
d) judicial.
e) prévio ou preventivo.

69. Quanto a República Federativa do Brasil, é INCORRETO afirmar que, constitui seu objetivo fundamental
a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
b) promover a discriminação de origem e raça. *
c) garantir o desenvolvimento nacional.
d) erradicar a pobreza e a marginalização.
e) reduzir as desigualdades sociais e regionais.

70. Em relação ao Tribunal de Contas da União, julgue as assertivas abaixo:
I. É integrado por onze Ministros, com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade.
II. Dois terços de seus Ministros serão escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, e um terço pelo Senado Federal.
III. Compete-lhe, dentre outras, a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
IV. Os Ministros que o integram terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
V. As suas decisões de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
É correto APENAS o que consta em
a) I, II e V.
b) III, IV e V.
c) III e IV.*
d) I, II e IV.
e) I e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

71. Em acidente automobilístico envolvendo veículo particular e ônibus de concessionária de serviço público de transporte coletivo, o motorista do veículo particular sofreu lesões corporais graves. A concessionária foi condenada, em ação de responsabilidade civil, pelos danos causados à vítima. O Supremo Tribunal Federal, por maioria, levou em consideração o fato de a vítima não ser usuária do serviço público concedido e que não se poderia fazer a concessionária responder da mesma forma que responderia frente a um usuário do serviço concedido. Isso significa que o Supremo entendeu que

a) a concessionária não responderia pelos danos.
b) a responsabilidade da concessionária seria objetiva.
c) a responsabilidade da concessionária seria meramente subjetiva.*
d) a responsabilidade da concessionária seria objetiva, mas a vítima deveria comprovar a culpa da concessionária.
e) não há responsabilidade da concessionária

72. Quando o ato administrativo divergir de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal

a) ele perderá eficácia se se tratar de ato discricionário.
b) ele só poderá ser revogado por decisão judicial.
c) ele poderá ser anulado pelo STF.*
d) sua validade não poderá ser contestada, em face do princípio da separação dos poderes.
e) ele poderá ser anulado pelo STJ

73. Na forma da Constituição Federal vigente, as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Em face disso, diz-se que

a) o requisito de subjetividade é reservado apenas para a ação regressiva contra o agente público responsável.*
b) a responsabilidade objetiva alcança a conduta do funcionário ainda que fora do âmbito de suas funções.
c) a responsabilidade objetiva do Estado, no direito brasileiro, alcança todos os danos decorrentes de atividade ou omissão estatal, desde que, neste último caso, fique comprovada a culpa concorrente da vítima.
d) todas as pessoas jurídicas de direito público respondem sempre por todos os danos causados pelos seus agentes públicos, independentemente de aferição da culpa e da existência de nexo de causalidade com o dano.
e) todas as pessoas jurídicas de direito público respondem sempre por todos os danos causados pelos seus agentes públicos, independentemente de aferição da culpa, mas considerando a existência de nexo de causalidade com o dano

74. Agente Penitenciário é demitido do cargo público, em processo administrativo disciplinar, sob alegação de que ele teria afrontado normas estatutárias, ao introduzir telefone celular no presídio. No processo penal instaurado pelas mesmas razões, o agente penitenciário foi absolvido por ausência de provas. Pleiteou então, o agente, reintegração no cargo público, o que foi negado pela Administração Pública, sob alegação de que

a) a interdependência entre as esferas penal e administrativa resulta que nenhuma decisão penal absolutória possa influir na esfera administrativa, a não ser que a Administração Pública seja parte em ambos os processos.
b) a decisão penal absolutória não retroage e na imposição da pena administrativa foram assegurados a ampla defesa e o contraditório.
c) a absolvição penal reconheceu a inocorrência do fato imputado, mas calcada em base jurídica diversa.
d) são independentes as esferas administrativa e penal e a absolvição penal não reconhecera a inexistência do fato ou a negativa de autoria.*
e) não há a possibilidade de cumulação de responsabilidades

75. Quando o agente público remove um servidor merecedor de punição para castigá-lo, pratica o ato administrativo

a) por interesse público.
b) com desvio de poder.*
c) conforme a previsão legal.
d) baseado no princípio da razoabilidade.
e) com apoio no princípio da proporcionalidade.

06. O revestimento exterior do ato administrativo, ou seja, o modo pelo qual ele aparece e revela sua existência, denomina-se

a) forma.*
b) objeto.
c) sujeito.
d) conteúdo.
e) motivo.

07. Quando a Administração Pública apreende medicamento cujo prazo de validade se expirou, pratica um ato administrativo com a qualidade da

a) presunção de legitimidade.
b) imperatividade.
c) exigibilidade.
d) excepcionalidade.
e) executoriedade.*

08. Determinado Município ingressa em juízo, requerendo autorização judicial para fazer cumprir decisão administrativa de interdição de estabelecimentos comerciais instalados em desacordo com as posturas urbanísticas. A ação é extinta sem julgamento do mérito, tendo o juiz considerado que o Município não precisa de amparo judicial para fazer cumprir essa decisão. No caso, a sentença baseou-se no atributo dos atos administrativos consistente na

a) presunção de legitimidade.

b) presunção de veracidade.
c) auto-executoriedade.*
d) primazia do interesse público.
e) inafastabilidade do controle jurisdicional.

09. Se um agente público praticar um ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência, tal ato estará maculado pelo vício de
a) incompetência do agente.
b) forma.
c) ilegalidade do objeto.
d) inexistência de motivos.
e) desvio de finalidade.*

10. Quando a Administração Pública, nos limites da lei, atua com certa liberdade de escolha especialmente quanto à conveniência e oportunidade, exterioriza a sua vontade por meio do ato
a) vinculado.
(B) discricionário.*
c) arbitrário.
(D) de império.
e) de gestão.

11. A possibilidade de a Administração pôr em execução seus próprios atos, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário
a) não é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, configurando exercício arbitrário das próprias razões.
b) não é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, configurando violação do princípio da separação de Poderes.
c) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar imperatividade.
d) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar auto-executoriedade.*
e) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar auto-tutela.

12. A possibilidade de a Administração pôr em execução seus próprios atos, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário
a) não é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, configurando exercício arbitrário das próprias razões.
b) não é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, configurando violação do princípio da separação de Poderes.
c) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar imperatividade.
d) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar auto-executoriedade.*
e) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar auto-tutela.

13. A possibilidade de a Administração pôr em execução seus próprios atos, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário
a) não é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, configurando exercício arbitrário das próprias razões.
b) não é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, configurando violação do princípio da separação de Poderes.
c) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar imperatividade.
d) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar auto-executoriedade.*
e) é compatível com o Direito Administrativo brasileiro, correspondendo ao atributo dos atos administrativos que a doutrina usa chamar auto-tutela.

14. Servidor público competente editou ato que não observou a formalidade essencial prevista em lei. Contudo, enquanto não for decretada sua invalidade, referido ato administrativo produzirá seus efeitos em virtude
a) do requisito da legalidade
b) atributo da imperatividade
(C)princípio da publicidade
(D)atributo da finalidade
(E)presunção de legitimidade*

15. Em matéria de penalidades, analise o comportamento das servidoras públicas federais efetivas abaixo.
I. Mariana vem exercendo atividade incompatível com o horário de trabalho.
II. Gabriela vem promovendo manifestação de desapreço no recinto da repartição.
Nesses casos, Mariana e Gabriela estarão sujeitas, respectivamente, às penas de
a) advertência verbal e suspensão até quinze dias.
b) demissão e multa na base de cinqüenta por cento por dia de vencimento.
c) suspensão com possibilidade de conversão em multa e advertência por escrito.*
d) repreensão e suspensão com conversão em multa.
e) suspensão até noventa dias e destituição do cargo.

16. Cristiane Vasconcelos, analista judiciário, está em débito com o erário e teve sua disponibilidade cassada. Nesse caso, a servidora deverá quitar o débito no prazo legal de

a) sessenta dias, sendo que a não quitação do débito no prazo implicará sua inscrição em dívida ativa.*
b) cento e vinte dias, sendo que a não quitação do débito no prazo implicará sua inscrição em dívida passiva.
c) noventa dias, sob pena de ser instaurado processo administrativo disciplinar por retenção de valores.
d) trinta dias, prorrogável por igual período, sendo que a sua não quitação implicará no bloqueio de sua remuneração.
e) quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período, e não quitando nesse prazo sofrerá penalidade estatutária.

17. Em matéria de penalidades disciplinares, considere:
I. Celso Carvalho, analista judiciário, ausentou-se, durante o expediente, das dependências do Tribunal Regional do Trabalho, onde prestava serviço, para tratar de assuntos particulares, sem prévia autorização de Ana Beatriz, sua chefe imediata. Em razão disso, sofreu pena de advertência. Após alguns dias, Celso reiterou aquela conduta de ausência sem autorização.
II. Célia Neves, analista judiciário, praticou ato de i insubordinação grave no Tribunal Regional do Trabalho, de onde é servidora pública.
Diante disso, os analistas judiciários Celso e Célia estão sujeitos, respectivamente, às penalidades de
a) exoneração e multa na base de 50% (cinqüenta por cento) por dia de remuneração.
b) multa na base de 50% (cinqüenta por cento) por dia de vencimento e suspensão por 60 (sessenta) dias.
c) repreensão por escrito e disponibilidade.
d) advertência reiterada e demissão.
e) suspensão até 90 (noventa) dias, de regra, e demissão.*

18. A ação disciplinar correspondente a uma infração administrativa punível com advertência
a) prescreve em 180 dias.*
b) prescreve em 150 dias.
c) prescreve em 60 dias.
d) prescreve em 30 dias.
e) não prescreve.

19. Em relação à responsabilidade do servidor público federal, observa-se que
a) a obrigação de reparar o dano não se estende aos sucessores, pela inexistência do nexo da causalidade.
b) se tratando de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda, em ação regressiva.*
c) a responsabilidade civil estará presente desde que resulte prejuízo ao erário, não abrangendo o de terceiros.
d) não se pode cumular sanções penais, civis e administrativas, visto que as primeiras absorvem as demais.
e) a absolvição criminal, sob qualquer fundamento ou modalidade, não afasta a responsabilidade administrativa.

20- De acordo com o Decreto n. 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), é vedado ao servidor público:
I. aceitar ajuda financeira, para si ou para familiares, fornecida pela parte interessada, para fins de praticar ato regular e lícito, inserido em sua esfera de atribuições;
II. fazer uso de informação privilegiada obtida no âmbito interno do seu serviço, salvo quando a informação afetar interesse do próprio servidor;
III. utilizar, para fins particulares, os serviços de servidor público subordinado;
IV. utilizar-se da influência do cargo para obter emprego para um parente próximo;
V. procrastinar a decisão a ser proferida em processo de sua competência porque tem antipatia pela parte interessada.
Estão corretas:
a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
b) apenas as afirmativas I, II, III e IV.
c) apenas as afirmativas I, III, IV e V.*
d) apenas as afirmativas I, II, III e V.
e) apenas as afirmativas III, IV e V.

DIREITO TRIBUTÁRIO

01. Nos termos da competência tributária estabelecida pela
Constituição Federal, admite-se que a União possa
a) instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
b) tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
c) instituir tributo não uniforme em todo o território nacional, ainda que não se trate de incentivo regional.
d) instituir, mediante lei complementar, outros tributos além daqueles expressamente mencionados pela Constituição Federal, no artigo 153, desde que estes tributos sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.*
e) instituir isenções de tributos da competência dos Estados.

02. A lei delegada, prevista na Constituição Federal e elaborada pelo Presidente da República, mediante solicitação ao Congresso Nacional, não poderá criar ou aumentar os impostos de competência residual da União, pois
a) a criação ou aumento de impostos compete à lei ordinária.
b) o Presidente da República deverá, havendo urgência e relevância, criar ou aumentar

imposto de competência residual da União por meio de Medida Provisória.

c) não há que se falar em criação de impostos de competência residual uma vez que a Constituição Federal, de maneira exaustiva, discriminou a competência da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

d) a Constituição Federal veda a delegação em matéria reservada à lei complementar.*

e) a Constituição Federal veda a delegação em matéria reservada à lei ordinária

03. Nos termos do Código Tributário Nacional, são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário as hipóteses abaixo mencionadas, EXCETO

a) arrolamento de bens do contribuinte.*

b) depósito de seu montante integral.

c) parcelamento.

d) moratória.

e) isenção

04. Compete aos Municípios instituir impostos sobre

a) propriedade predial e territorial urbana; transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência dos Estados e do Distrito Federal, definidos em lei complementar.*

b) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência dos

Estados e do Distrito Federal, definidos em lei complementar.

c) propriedade predial e territorial urbana; transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência dos Estados e do Distrito Federal, definidos em lei complementar.

d) propriedade de veículos automotores; transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

e) renda e proventos de qualquer natureza, operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência dos Estados e do Distrito Federal, definidos em lei complementar.

05. Assinale a alternativa que não apresenta uma das características da definição de tributo prevista no Código Tributário Nacional - CTN.

a) Tributo não constitui sanção de ato ilícito.

b) Tributo pode ser instituído por decreto.*

c) Tributo é cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

d) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória, em moeda

e) Tributo será pago em moeda ou em valor que nela se possa representar

06. Quando houver decisão administrativa, anulando o lançamento efetuado pelo Fisco por vício formal, passa a correr prazo

a) decadencial de 05 (cinco) anos, contados da data do lançamento originalmente efetuado pelo Fisco.

b) prescricional de 05 (cinco) anos, contados da data em que o lançamento fiscal foi anulado.

c) decadencial de 05 (cinco) anos, contados da data que tornar definitiva a decisão que anulou o lançamento por vício formal.*

d) decadencial de 05 (cinco) anos, contados da data do fato

e) decadencial de 02 (dois) anos, contados da data do fato

07. Não será expedida a certidão positiva de débitos com efeitos de negativa quando

a) os débitos forem objeto de execução fiscal não regularizada.*

b) o auto de infração que constituiu o crédito tributário for impugnado pelo contribuinte, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário.

c) os débitos estiverem incluídos no parcelamento.

d) o contribuinte tiver efetuado o depósito do montante integral dos débitos.

(E)o contribuinte teve concedida liminar em mandado de segurança

08. É vedado à União:

a) instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, resguardada a possibilidade de Lei Complementar prever isenções de caráter nacional, desde que atinjam simultaneamente a própria União.

b) tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, bem como a remuneração e os proventos de seus agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.*

c) estabelecer diferença entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

d) utilizar tributo com efeito de confisco

e) cobrar tributo cujo fato gerador ocorreu antes da vigência da lei

09. Sobre as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, pode-se afirmar que

a) a remissão é forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
b) o depósito do montante integral do crédito tributário suspende sua exigibilidade.*
c) o parcelamento é forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário que, salvo disposição de lei em contrário, exclui a incidência de juros e multas.
d) os recursos judiciais são formas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
e) a isenção é forma de suspensão de exigibilidade

10. Mediante lei ordinária, a União pode instituir
a) imposto sobre operações relativas à circulação de ouro, definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, na operação de origem, desde que sua alíquota não ultrapasse um por cento.
b) impostos extraordinários, compreendidos na competência tributária dos Estados ou dos Municípios, na iminência de guerra externa.*
c) empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública
d) imposto sobre doações de bens móveis, quando o doador e donatário tiverem domicílio no exterior.
e) empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias decorrentes de guerra externa

11. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, dentre outras hipóteses:
a) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo e a concessão de medida liminar em mandado de segurança.*
b) a moratória, o pagamento antecipado e a homologação do lançamento.
c) a consignação em pagamento e o parcelamento.
d) a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, a compensação ou o depósito do montante integral.
e) a isenção, o pagamento antecipado e a homologação do lançamento

12. Para todos os tributos, é correto afirmar que
a) sua alíquota deve ser fixada por lei.
b) não podem ser cobrados em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.*
c) não podem incidir sobre templos de qualquer culto.
d) não podem ser cobrados no mesmo exercício em que tenha sido publicada a lei que os tenha instituído ou aumentado.
e) exige-se a vinculação direta

13. Sobre a solidariedade, em matéria tributária, é correto afirmar:
a) A isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
b) Submete-se, quanto ao benefício de ordem, às regras próprias do direito privado.
c) A interrupção da prescrição, em favor de um dos obrigados, não favorece os demais obrigados.
d) A interrupção da prescrição, contra um dos obrigados, prejudica os demais.
e) Não se aplica o benefício de ordem *

14. A remissão, em matéria tributária,
a) pode ser concedida, independentemente de lei, no caso de erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato.
b) é concedida pela União em caráter geral, vedada a consideração quanto a condições peculiares de determinada região do seu território.
c) sempre depende de previsão em lei.*
d) uma vez prevista em lei, independe de qualquer ato por parte da autoridade administrativa.
e) pode ser concedida, independentemente de decreto, no caso de erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato.

15. A isenção,
a) uma vez concedida, dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído ou dela conseqüente.
b) sobre os livros, jornais, periódicos e o papel, é matéria que deve constar da lei que institua um imposto de competência da União.
c) em relação a tributos estaduais e municipais, pode ser concedida pela União, desde que a lei federal que assim disponha assegure, simultaneamente, a isenção de tributos federais.
d) se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, não pode ser negada ao contribuinte que tenha iniciado sua fruição, mesmo que tenha sido revogada a lei que a instituiu.*
e) se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, não pode ser negada ao contribuinte que tenha iniciado sua fruição, exceto se revogada a lei que a instituiu

16. Sobre as espécies tributárias, pode-se afirmar que
a) as taxas são cobradas em razão da utilização de bens e serviços públicos.
b) as contribuições se distinguem dos impostos em função do seu fato gerador.
c) as contribuições de melhoria são tributos que podem ser instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.*
d) as contribuições não podem ter base de cálculo própria de impostos.
e) os impostos não obedecem ao princípio da vinculação

17. Cabe à lei complementar em matéria tributária:
a) instituir os tributos de competência da União.
b) instituir os tributos de competência concorrente da União e dos Estados.
c) instituir os tributos de competência concorrente entre dois Estados ou entre dois Municípios.
d) instituir empréstimos compulsórios.*
e) instituir medidas provisórias

18. As contribuições
a) são de competência exclusiva da União.
b) sociais e de intervenção no domínio econômico podem ter alíquotas ad valorem ou específicas.*
c) não são tributos.
d) não incidem sobre os livros, jornais e periódicos, bem como sobre o papel destinado a sua impressão.
e) sociais e de intervenção no domínio econômico não podem ter alíquotas ad valorem ou específicas

19. É vedado à União
a) bem como aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos uns dos outros.
b) celebrar tratados em matéria tributária.
c) instituir impostos extraordinários, fora de sua competência tributária, em caso de iminência de guerra externa.
d) exigir ou aumentar tributo sem decreto que o estabeleça
e) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos *

20. Indique a assertiva verdadeira sobre a extinção da obrigação tributária.
a) A penalidade pecuniária é uma alternativa legal, à disposição do fisco, ao pagamento do tributo.
b) Quando a lei que instituir o tributo não dispuser a respeito, o vencimento do crédito ocorre 30 dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento, vedada a fixação de prazo diverso por decreto.
c) Por determinação do Chefe do Poder Executivo, é possível que sujeito passivo e sujeito ativo celebrem transação, a fim de encerrar o litígio em matéria tributária.
d) A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário atendendo, dentre outras circunstâncias, ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto a matéria de fato.*
e) Quando a lei que instituir o tributo não dispuser a respeito, o vencimento do crédito ocorre 15 dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento, vedada a fixação de prazo diverso por decreto.